

## O “CORPO NA PONTA DO LÁPIS”: IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA ATRAVÉS DO GRAFISMO

*SANT’ANNA, Paulo Afrânio<sup>1</sup>*  
*PIERUCCI, Lucirléia Alves Moreira<sup>2</sup>*

**Resumo:** O objetivo desse artigo é promover a discussão sobre a utilização na escola do trabalho linguagem gráfica. Acreditamos que a análise do Grafismo infantil pode ampliar de modo significativo o grau de compreensão do professor sobre os seus alunos, além de ser um recurso didático-pedagógico de especial importância. Nesse sentido, gostaríamos de refletir sobre esse tema a partir de uma breve apresentação sobre o desenvolvimento do desenho na infância, as possibilidades de leitura e interpretação, os indicadores de desenvolvimento e mais especificamente, os indicadores de violência. Destacamos o papel da escola na rede de proteção da criança, na medida em que depois do ambiente familiar, o ambiente escolar é o segundo ambiente em que a criança tem maior contato.

**Palavras-Chave:** Grafismo infantil; violência na infância; educação básica.

**Abstract:** The objective of this article is graphic language promotes the discussion on the use in the school of the work. We believe that the analysis of the childlike Grafismo can enlarge in significant way the degree of understanding of the teacher on his pupils, besides being a pedagogic-educational resource of special importance. In this sense, we would like to think about this subject from a short presentation on the development of the drawing about the childhood, the means of reading and interpretation, the indicators of development and more specifically, the violence indicators. We detach the paper of the school in the net of protection of the child, in so far as after the familiar environment, the school environment is the surrounding second in which the child has bigger contact.

**Key-Words:** Childlike Grafism; violence in the childhood; basic education.

### Introdução

“O desenho é também uma dança no espaço (...) o corpo inteiro está presente na ação, concentrado na pontinha do lápis. Esta

---

1 Professor Adjunto da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo(2001), e-mail: pa.anna1@gmail.com, Projeto de Extensão e Pesquisa.

2 Professora Colaboradora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, e-mail: leiapierrucci@gmail.com, Projeto de Extensão e Pesquisa.

funciona como ponte de comunicação entre o corpo e o papel” (Edith Derdyk, 1989: 63).

Neste artigo, destacamos o papel da escola na rede de proteção da criança, na medida em que depois do ambiente familiar, o ambiente escolar é o segundo ambiente em que a criança tem maior contato, uma vez que ela fica sobre a proteção do ambiente escolar de segunda a sexta-feira, por cerca de (4) quatro horas diariamente. Dessa forma, além da escola promover a educação formal, também deve propiciar a formação integral à criança, adotando de uma visão ampliada de educação extrapolando o papel de transmissora de conhecimentos e, de formadora de valores, e passa a assumir, adicionalmente um papel de proteção à criança trabalhando em sintonia com as leis brasileiras de proteção a infância e adolescência (SANTOS, 2004).

De acordo com o ECA (BRASIL, 1990), a criança e o adolescente são cidadãos e seres em desenvolvimento que necessitam e têm direito à proteção integral. Nesse sentido, a sociedade deve estar preparada e instrumentalizada para prevenir e atender às situações de violência na infância. A fragilidade e a instabilidade da estrutura psíquica da criança e do adolescente devem ser compensadas por um ambiente familiar e social continente e constante, capaz de oferecer o suporte afetivo, moral e material necessários para o processo de desenvolvimento saudável.

É na escola que a criança tem a primeira experiência social significativa fora do núcleo familiar e é nesse ambiente que irá reproduzir muitos dos padrões afetivos e comportamentais assimilados na família e no contexto sócio-cultural no qual vive. Portanto, é esperado que uma criança vítima de violência apresente no ambiente escolar sinais dessa situação, seja por meio de seu comportamento, do seu desempenho escolar ou de sua capacidade de expressar o seu sofrimento.

O ambiente escolar tem se fortalecido como um dos espaços em que se tem a possibilidade de observar e procurar garantir os mínimos direitos das crianças e dos adolescentes, ou seja, a integridade física, moral e emocional de alunos e alunas. Sem dúvida, avançar na garantia dos direitos da criança e do adolescente, em situação de violência, constitui uma estratégia fundamental na prevenção, identificação e encaminhamento da criança vitimizada.

Nesse sentido, a escola precisa se instrumentalizar com recursos técnicos e sociais que a capacitem a dar respostas efetivas às situações de violência contra a criança e o adolescente (AZAMBUJA, 2005; SANT’ANNA, PONTES, SOUSA, 2006). Entretanto, observam-se três fatores que dificultam as ações da escola na prevenção e atenção à criança vitimizada. O primeiro é o crescente número de famílias cuja estrutura não oferece suporte para o desenvolvimento biopsicosocial de seus filhos, o que faz da escola depositária de toda a responsabilidade pela

educação e aprendizagem dos mesmos. Esta situação sobrecarrega o corpo docente e gera uma relação tensa e improdutiva entre a família e a escola. A falta de programas de integração dos pais no processo educativo dificulta a identificação de situações de violência e os encaminhamentos necessários (SANT'ANNA, PONTES, SOUSA, 2006).

O segundo fator é a falta de recursos da escola e dos professores para identificar e trabalhar com situações de violência. Sem recursos para entender o que ocorre com o aluno que apresenta desempenho escolar insatisfatório, comportamentos desajustados ou revela sofrimento intenso, professores e coordenadores podem fazer avaliações equivocadas, o que muitas vezes gera situações de revitimização no ambiente escolar e a falta de encaminhamento adequado à situação. E por último, a falta de aparatos sociais — hospitais especializados, centros educativos, conselhos tutelares bem capacitados, centros de apoio psicológico e social — que ofereçam os recursos necessários para o atendimento à criança vitimizada. Em relação aos conselhos tutelares, observa-se que estes têm sido utilizados pelas escolas mais como uma forma de ameaça aos pais e às crianças do que como um centro de apoio e referência.

**Tabela 1-Indicadores**

<b>Indicadores Comportamentais Gerais</b>	<b>Indicadores Comportamentais de Abuso Sexual</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de confiança nos adultos</li> <li>• Perturbações severas do sono</li> <li>• Exibições inapropriadas de afeto entre os familiares</li> <li>• Isolamento social</li> <li>• Inversão de papéis</li> <li>• Comportamento regressivo</li> <li>• Súbita mudança de humor</li> <li>• Mudança em comportamento alimentar</li> <li>• Desobediência, tentativa de chamar atenção, comportamento sem objetivo ou de extrema agitação, concentração pobre.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento sexual inapropriado à idade</li> <li>• Preocupação excessiva com questões sexuais e um conhecimento precoce de comportamento sexual adulto</li> <li>• Isolamento de seu grupo de colegas e atraí comportamento crítico ou sedutor por parte dos adultos.</li> <li>• Pedidos de informações sobre contracepção</li> </ul>
<b>Indicador- Nível de Aprendizagem</b>	<b>Indicadores sociais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Queda de desempenho escolar</li> <li>• Empobrecimento da comunicação com colegas e professor</li> <li>• Dificuldade de concentração</li> <li>• Desorganização do caderno e material escolar</li> <li>• Regressão da escrita ou do desenho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de mortalidade infantil</li> <li>• Acesso à educação básica</li> <li>• Nível de pobreza</li> <li>• Desigualdade de gênero</li> <li>• Condições econômicas, sociais e ambientais</li> </ul>

A escola é um universo extremamente complexo, rico em potencialidades socioeducativas, altamente abrangentes do ponto de vista da comunidade atendida, entretanto, ao mesmo tempo, reproduz uma série de condições sociais negativas, como a exclusão, abandono, violência, etc. Portanto, é um espaço que precisa ser mais bem estudado e potencializado.

O Ministério da Saúde, seguindo as tendências da Organização Mundial da Saúde, publica em 2002 um informe adotando o conceito de Escola Promotora de Saúde no qual afirma: O setor educacional, dada sua capilaridade e abrangência, é um aliado importante para a concretização de ações de promoção de saúde voltadas para o fortalecimento das capacidades dos indivíduos, para a tomada de decisões favoráveis à sua saúde e à comunidade, para a criação de ambientes saudáveis e para a consolidação de uma política intersetorial voltada para qualidade de vida, pautada no respeito ao indivíduo e tendo como foco a construção de uma nova cultura da saúde (SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS/MS, 2002: 533). Partindo dessa concepção, faz-se necessário desenvolver nas escolas programas de educação em saúde, com o objetivo de instrumentalizar os seus agentes (professores, diretores, coordenadores e funcionários) para o favorecimento de estados de melhor condição de saúde e qualidade de vida da comunidade escolar. Assim, o preparo do professor e da escola é fundamental na prevenção e atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência, pois uma boa compreensão desse fenômeno pode resultar em:

- a) identificação e encaminhamentos precoces dos casos de crianças vitimizadas;
- b) desenvolvimento de ações preventivas com os alunos, educadores, pais e responsáveis;
- c) melhor avaliação das dificuldades de aprendizagem e dos comprometimentos comportamentais.

Esse é um compromisso inadiável, uma vez que a partir do momento em que o professor identifica a situação em que há indícios de violência, deve comunicar à direção da escola o caso, confirmado ou suspeito, de maus tratos. A direção por sua vez, deve encaminhar ao hospital ou posto de saúde, caso seja a situação indicada. A direção da escola deve notificar o caso suspeito ou confirmado ao Conselho Tutelar.

### **Grafismo: uma ferramenta na identificação de situação de violência**

Quem não se lembra de ter desenhado ao longo da sua infância? Assim como o jogo, desenhar é um ato espontâneo que faz parte do desenvolvimento de

toda criança. Por meio do desenho a criança vai desenvolvendo a sua habilidade motora e expressiva que servirá como plataforma para o desenvolvimento da escrita.

Os primeiros estudos sobre o desenho da criança datam do século XVIII e desde então, várias possibilidades de compreensão desse rico universo têm sido desenvolvidas, em especial, por um ramo da psicologia que estuda o desenvolvimento humano, a Psicologia do Desenvolvimento. Esse conhecimento encontra a sua aplicabilidade, sobretudo, na escola e no tratamento clínico de crianças.

O professor da educação infantil e do ensino fundamental se depara dia a dia com as produções gráficas de seus alunos. Estas oferecem um grande número de informações que podem ser utilizadas para avaliar o desenvolvimento biopsicossocial da criança, o seu estado emocional, a sua percepção do mundo, os eventos que a marcaram, as pessoas que são importantes para ela, enfim, o desenho é um verdadeiro retrato da criança.

**Tabela 2 - Relatos dos Professores**

Professor 01	“Se tem alguma coisa que não está bem lá dentro de casa, ele já vem para a escola diferente e já muda tudo, até no colorir a gente percebe. Eu dei um desenho referente à Páscoa (...) coloriu o desenho de preto e os olhinhos bem de pretinho, ficou uma coisa feia mesmo. Aí fui conversar com ele (...) e ele falou que estava triste (...) ele não queria mudar de sala, ele chegou a ir para outra sala só que tinha outro menininho lá que só ficava batendo nele (...) Olha só para você ver, isso fez ele pintar o desenho de outra cor (...) porque a mente humana é assim?”
Professor 02	“Tive uma experiência em que pedi ao aluno para desenhar o pai e ele desenhou algo que me horrorizou, levei o menino para a diretoria e disse que havia alguma coisa de errada, que o menino deveria estar passando por algo terrível (...) eu disse que o desenho era uma representação daquilo que ele, o pai, fazia com o menino”.
Professor 03	“Eu vejo assim: quando uma criança desenha perfeitinho o retrato ela ou do coleguinha, é uma criança que recebe carinho, que tem uma estrutura, mas aquela que desenha faltando um pedaço do corpo, com os órgãos genitais muito expostos, para mim já teve abuso, foi vítima de alguma coisa ou já presenciou algo do tipo. ( Eu não sou formada nisso não, viu?!). quando falta pedaço de corpo (...) faltando um braço, um olho, tem alguma coisa aí. Por que ela não colocou o olho, a boca etc., se ela sabe que tem né?!”

Apesar de muitos professores prestarem atenção aos desenhos dos alunos, demonstrarem sensibilidade em relação ao que eles representam, identificarem temas e preocupações da criança, muitos não estabelecem nenhuma aproximação com esse material. Seja porque não se sentem preparados para avaliar um desenho, seja porque não foram estimulados em sua formação ou em sua prática profissional para esse tipo de trabalho.

O trabalho com a linguagem gráfica pode ampliar de modo significativo o grau de compreensão do professor sobre os seus alunos, além de ser um recurso

didático-pedagógico de especial importância. Nesse sentido, gostaríamos de refletir sobre esse tema a partir de uma breve apresentação sobre o desenvolvimento do desenho na infância, as possibilidades de leitura e interpretação, os indicadores de desenvolvimento e mais especificamente, os indicadores de violência.

### **Evolução do desenho da criança**

É a partir dos 18 meses de vida que a criança começa a se aventurar no exercício do grafismo. Percebe que pode deixar marcas sobre superfícies utilizando-se de lápis ou canetas e se encanta com os traços que produz. Estes são resultados de movimentos pouco controlados, produzidos pela articulação do ombro, na forma de ziguezague ou varredura. Esse traçado é puramente motor, lúdico e não tem nenhuma intencionalidade representacional.



Entre os 2 e 3 anos, a articulação do cotovelo e posteriormente do pulso, permitem o surgimento de traços arredondados e sua combinação com as retas ampliando a possibilidade de representação. Nesse período, as crianças começam atribuir sentido aos seus rabiscos que deixam de ser meros registros de atos motores e passam a representar algo. É o nascimento do desenho como linguagem representacional, fase inicial é denominada de garatuja. Quando indagada sobre os seus rabiscos, a criança conta histórias, se refere a pessoas, objetos, animais e situações, embora sem nenhuma relação com aquilo que está representado. Não há, portanto, uma intencionalidade representativa, pois os sentidos variam, mudam de acordo com o fluxo da fantasia da criança, não estão fixados nas formas gráficas do desenho.

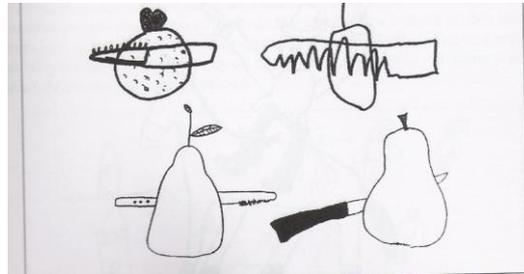


Até os 4 anos a motricidade fina apresenta avanços expressivos. O movimento de pinça permite que a criança segure o lápis de forma adequada e a articulação do pulso e das falanges permite um maior controle do traçado. Nessa fase do desenvolvimento do grafismo, denominada **fechamento das figuras**, observa-se o domínio do ponto de partida e de chegada dos traços e a combinação dos mesmos para compor figuras. Estas são formas, isoladas, predominantemente arredondadas, com sobreposições de linhas e de movimentos. O final dessa fase é marcado pelo surgimento das primeiras tentativas de representação do corpo humano, iniciando com um círculo raiado (sol) ou um círculo com pequenos círculos no seu interior indicado elementos do rosto, até as figuras do tipo girino caracterizadas por um corpo formado por cabeça e membros que irradiam diretamente dela.



Dos 4 aos 6 anos, o crescente domínio motor acompanhado das aquisições cognitivas, permitem uma melhor elaboração das figuras, que ganham detalhes, movimento, profundidade, contextos, perspectivas, enfim, o desenho evolui para uma expressão mais realista. Essa fase é denominada de **detalhamento da figura** ou realismo intelectual, pois o que predomina é a maneira como a criança entende e não como ela vê a realidade. Esse fenômeno é observável nas transparências

freqüentes nos desenhos dessa fase, como por exemplo, no desenho de uma pessoa com roupa cujo corpo está representado embaixo da mesma. Nesse caso, o que importa mais para a criança é representar, não a aparência, mas a totalidade de elementos que ela conhece da figura. Nessa fase surgem também os cenários, as narrativas e as interações entre as figuras o que indica uma forma de perceber o mundo mais integrada.



A partir dos 6 anos até os 10, o desenho da criança vai perdendo espontaneidade e ganhando intencionalidade. É nesse período que o desenvolvimento cognitivo se sobrepõe ao processo maturacional e o desenho vai se tornando, cada vez mais, uma atividade mental, ou seja, ele passa a ser planejado, faz uso de técnicas e recursos aprendidos, apresenta uma lógica representacional buscando ser fiel à realidade incluindo, ao mesmo tempo, abstrações. Essa fase é denominada de realismo visual e representa o auge do desenvolvimento do desenho infantil. Com a entrada na puberdade e o predomínio do pensamento lógico, da linguagem verbal e escrita, da técnica sobre a espontaneidade, o desenho se empobrece e se torna cada vez menos freqüente.



Essas fases do desenvolvimento do desenho infantil estão relacionadas com os processos de desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social da criança. São, portanto, descrições normativas de aspectos que são esperados em cada etapa do desenvolvimento e podem servir de indicadores para avaliarmos se uma criança está ou não de acordo com o perfil de desenvolvimento da sua idade. Importante ressaltar, que um indicador não é um diagnóstico fechado, e sim um sinal que deve ser relacionado a outros para compor uma hipótese. Ou seja, o fato de uma criança não apresentar um traçado de acordo com a sua faixa etária, não significa necessariamente que ela está defasada em seu desenvolvimento. Para chegar a uma

conclusão acertada seriam necessários outros indicadores, como por exemplo, nível de alfabetização, repertório de comportamentos, grau de socialização, etc. para se compor um quadro mais detalhado sobre o desenvolvimento dessa criança.

O estudo da evolução do traçado relacionado aos aspectos normativos do desenvolvimento infantil é chamado de estudo do grafismo infantil e prioriza os aspectos formais do desenho: traço, formas, composição, etc. Ele tem uma grande importância para a avaliação do desenvolvimento da criança, tanto no contexto clínico, como na escola. O professor que sabe ler o desenho e reconhecer os indicadores de desenvolvimento tem em mãos um recurso extraordinário para avaliar o nível atual e potencial de desenvolvimento de seu aluno, assim como para identificar perturbações nesse processo.

Além dos aspectos normativos, os desenhos expressam também experiências singulares, formas de ver e vivenciar situações que são específicas de cada criança, portanto, não podem ser analisadas por parâmetros universais pré-estabelecidos. Essa dimensão particular da expressão gráfica exige outra abordagem, a **interpretação do desenho**. Nesta, o aspecto comunicacional é mais importante do que o aspecto formal, o que importa é compreender o que a criança quer dizer com a sua produção, quais sentidos atribui a ela e quais sentidos consegue transmitir por meio dela.

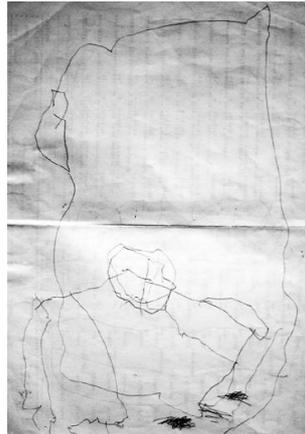
Enquanto o estudo do grafismo toma como referência os elementos do desenho e sua relação com os indicadores de desenvolvimento, a abordagem interpretativa vai além do desenho para alcançar o sentido particular de um desenho, ou seja, busca outras referências como verbalizações sobre o desenho na forma de histórias, descrições, associações, etc., investigação sobre a história ou momento de vida da criança, comparações com outros desenhos da mesma criança, etc.

O professor, quando trabalha com desenhos, pode fazer uso dessas duas abordagens. A primeira o ajudará a avaliar o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e emocional do aluno e seu impacto no processo de aprendizagem, a segunda permitirá que ele identifique a maneira como a criança vivencia determinadas situações, os seus conflitos, os seus sonhos, o ambiente familiar e social no qual está inserida.

## **Indicadores**

Como dito anteriormente, os indicadores são aspectos do desenho que não determinam, mas sim sugerem um significado. Quando trabalhamos com os indicadores é preciso tomá-los como peças de um quebra-cabeças que em conjunto com outros indicadores vão compondo um quadro. Portanto, o sentido do indicador não é pré-estabelecido e sim construído no diálogo com o desenho e outras informações acessíveis sobre a criança que o realizou. Para efeito didático destacamos alguns elementos do desenho que podem servir como indicadores:

✓ **Traçado:** é a forma como a criança desenvolve o traço sobre o papel. Nesse caso, temos traços que variam de intensidade, indo do extremamente forte ao quase invisível, sugerindo alterações no tônus muscular, nas emoções subjacentes ao desenho, no nível de segurança da criança, etc. Variam também em relação a sua continuidade, traços que se desenvolvem de forma contínua, ou aqueles que apresentam fragmentações, segmentações, ziguezagues ou ondulações, indicando diferentes níveis de domínio motor e de autoconfiança.

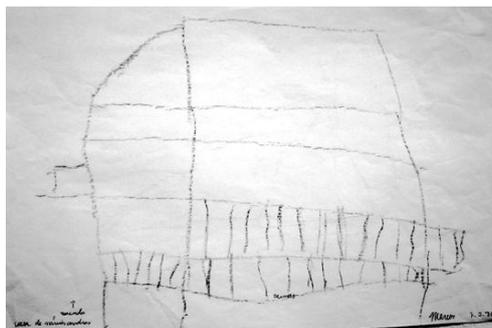


✓ **Figuras:** são todas as formas que tem um sentido representacional específico como a figura humana, a casa, a árvore, os animais, os objetos, etc. A composição das figuras indica além do nível de desenvolvimento cognitivo e motor, os estados emocionais relacionados a elas. Por exemplo, a forma como a criança desenha a figura da professora pode indicar a maneira com percebe a professora e o seu papel, como também, a qualidade da relação que tem com ela. Ao se analisar as figuras é importante compará-las com as figuras de outros desenhos da mesma criança. Isto possibilita identificar o padrão de representação da criança, assim como as alterações nesse padrão. As diferenças de padrão entre uma figura e outra, podem ser indicadores de alteração do estado emocional relacionado ao que a figura representa.



✓ **Composição:** é a forma como o desenho articula os seus vários elementos e figuras. Podem variar de desenhos abstratos, onde as formas se mesclam ou são pouco definidas, não constituindo uma representação figurativa, à cenários

complexos que apresentam narrativas ou retratos de situações e dimensões da realidade. Elementos como relação entre as figuras, contextos (chão, teto, céu, etc.), perspectiva, ocupação e orientação do papel, movimentos, etc. são considerados como indicadores da capacidade cognitiva e da organização interna da criança. Nesse caso, desenhos que apresentam uma composição desarticulada podem indicar dificuldades cognitivas, baixo nível de organização interna, percepções distorcidas da realidade, entre outros.

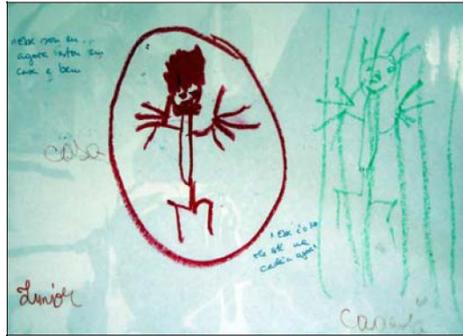


✓ **As cores:** são elementos essenciais no desenho da criança. A presença ou a ausência, a adequação, a variedade e a correlação das cores é um importante indicador do desenvolvimento cognitivo e emocional. Inicialmente os desenhos apresentam uma profusão de cores e o seu emprego não apresenta uma relação direta com a realidade. À medida que o desenvolvimento intelectual avança, as cores tendem a ser usadas de forma mais realista e em menor variedade. O emprego predominante de cores vivas ou de cores sombrias, podem indicar diferentes estados emocionais, sendo que o monocromatismo indica um empobrecimento da representação. A relação das cores utilizadas nas diferentes figuras do desenho pode indicar processos associativos ou de identificação.

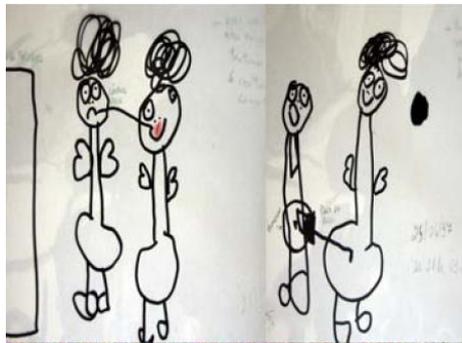


### **Indicadores de violência:**

✓ **Traçado:** irregular, com muitas variações de intensidade e com ênfase em partes do corpo ou em elementos do cenário.



✓ **Figuras:** Figuras mal-formadas, rabiscadas, mutiladas, feridas, erotizadas, elementos de fechamento (botões, cintos, etc.) mãos na forma de garra, zonal genital ou boca enfatizadas (com cores, traçados fortes, adornos, etc) , muito pequenas em relação ao papel ou ameaçadores, etc.



✓ **Composição:** Desorganização e fragmentação do espaço, falta de relação ou proporção entre as figuras, cenas de violência, isolamento, sofrimento, molduras em torno da paisagem, etc.



✓ **Cores:** uso predominante de cores sombrias, monocromatismo, diferença entre as figuras de um mesmo desenho, etc.



## Considerações Finais

Ainda que muitos professores dêem atenção aos desenhos dos alunos, ou ainda, demonstrem sensibilidade em relação ao que eles representam, identifiquem temas e preocupações da criança, muitos ainda não estabelecem nenhuma aproximação com esse material. Talvez pela falta de preparo para avaliar um desenho, ou porque não foram estimulados em sua formação, nem em sua prática profissional para esse tipo de trabalho. Sabemos que o trabalho por meio do Grafismo, pode ampliar de modo significativo, o grau de compreensão do professor sobre os seus alunos, além de ser um recurso didático-pedagógico de especial importância.

Destacamos nesse artigo duas possibilidades, uma por meio do estudo do grafismo, que toma como referência os elementos do desenho e sua relação com os indicadores de desenvolvimento, e outro pela abordagem interpretativa, que vai além do desenho, para alcançar o sentido particular de um desenho, ou seja, busca outras referências como verbalizações sobre o desenho na forma de histórias, descrições, associações, etc., investigação sobre a história ou momento de vida da criança, comparações com outros desenhos da mesma criança, etc.

Sendo assim, destacamos a importância da utilização pelo professor, desses recursos, e da relevância de se fazer uso dessas duas abordagens. A primeira o auxiliará a avaliar o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e emocional do aluno e seu impacto no processo de aprendizagem, a segunda possibilitará que ele identifique a maneira como a criança vivencia determinadas situações, os seus conflitos, os seus sonhos, o ambiente familiar e social no qual está inserida.

## Referências bibliográficas:

BRASIL. Lei Federal n.8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

DERDYK, Edith. **Formas de Pensar o desenho : Desenvolvimento do Grafismo infantil**. Editora Scipione, SP, 1989.

SANTOS, B. R. et.al. **Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria

Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

SANT'ANNA, P.A; PONTES, M.I.M.; SOUSA, D. R. M. **Violência doméstica e suas interfaces com o ambiente escolar: uma experiência clínica na escola.**

Congresso Internacional Infância: Violência, Instituição e Políticas Públicas.

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

SANT'ANNA, P.A. **Prevenção e Atenção à Violência na Infância e Adolescência.** Projeto de Pesquisa e Extensão. PROEXC/UFVJM. 2010-2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS/MS. **A promoção de saúde no contexto escolar.** São Paulo, Revista Saúde Pública, v.36, n.2, p. 533-535, 2002.